

ATA 2168ª REUNIÃO PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DE SÃO PAULO

Aos nove dias do mês de outubro de dois mil e vinte, às dezenove horas, realizou-1 se a segunda milésima centésima sexagésima oitava reunião Plenária Ordinária do 2 Conselho Regional de Psicologia de São Paulo - 6ª Região. Considerando o 3 estado de pandemia declarado pela Organização Mundial da Saúde, em 11 de 4 março de 2020, as restrições impostas pelo Governo do Município de São Paulo, 5 que decretou situação de emergência na cidade por meio do Decreto nº 59.283, de 6 16 de março de 2020, o Decreto nº 64.881, de 22 de março de 2020, que decreta 7 quarentena no Estado de São Paulo e o Decreto 65.184/2020, de 18 de setembro 8 de 2020, do Governo do Estado de São Paulo, que prorroga a quarentena até o 9 dia 9 de outubro de 2020 e, finalmente, as Portarias CRP SP nº 06/2020, 07/2020, 10 08/2020, 12/2020, nº 13/2020, nº 015/2020, nº 016/2020, nº 018/2020, nº 11 022/2020 e 029/2020 que estabelecem o Plano de Contingência com medidas de 12 prevenção ao contágio de pessoas pelo Coronavírus - COVID-19, em todas as 13 dependências do Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região, esta Plenária é 14 15 realizada por meio de videoconferência, utilizando a plataforma Zoom. Participaram 19 (dezenove) conselheiras/os, sendo estas/es efetivas/os e suplentes, a seguir 16 indicadas/os: Ana Paula Hachich de Souza, Annie Louise Saboya Prado, Beatriz 17 Borges Brambilla, Edgar Rodrigues, Emanoela Priscila Toledo Arruda, Ione 18 Aparecida Xavier, Ivani Francisco de Oliveira, Jumara Silvia Van De Velde, Lilian 19 Suzuki, Luana Alves Sampaio Cruz Bottini, Luciane de Almeida Jabur, Maria 20 Mercedes Whitaker Kehl Vieira Bicudo Guarnieri, Maria Rozineti Gonçalves, 21 Monica Cintrão França Ribeiro, Mônica Marques dos Santos, Murilo Centrone 22 Ferreira, Rita de Cássia Oliveira Assunção, Talita Fabiano de Carvalho e Tatiane 23 Rosa da Silva. Participaram também Juliana Cristina Bessa (Gestora da Subsede 24 de Assis) e Marilia Alves dos Santos (Gestora da Subsede de Bauru). ORDEM DO 25 DIA: I) INFORMES - 1.1) Justificativas de Ausência - Foram consideradas as 26 justificativas de ausência das/os conselheiras/os Jessica Tomaz da Costa Silva, 27 Lauren Mariana Mennocchi, Maria da Glória Calado, Raizel Rechtman, Rodrigo 28 Toledo, Sarah Faria Abrão Teixeira e Sulamita Jesus de Assunção, bem como da 29 gestora da Subsede de Sorocaba Eliane Cristina Dias de Almeida. Rememorou-se 30 31 o afastamento temporário das conselheiras Clarissa Moreira Pereira (Licença



33

34

35

36

37

38

39

40

41

42

43

44

45

46

47

48

49

50

51

52

53

54

55

56

57

58

59

60

61

62

63

Maternidade), Julia Pereira Bueno e do conselheiro Eduardo de Menezes Pedroso. 1.2) Equipe de Comunicação e Lives - Comunicou-se o desligamento de Andrea Licht, assessora de Relações Externas. No momento, Tiara Vaz Ribeiro assumiu a função e a Comissão de Comunicação está verificando outras pessoas para compor a equipe. Em relação à queixa de que as mensagens eletrônicas do CRP SP estão sendo direcionados para as caixas de *Spam* de diversos provedores, informou-se que a Comissão, em parceria com a área de TI, está construindo estratégias para solução. Além disso, será lançada campanha estadual com postagem fixa orientando a categoria a verificar suas caixas de Spam. 1.3) Falsificação de declaração CRP SP e na Bahia - Expôs-se que o CRP SP tomou conhecimento de declaração falsa de psicólogo atuando no estado da Bahia com uso de assinatura de gestora deste Conselho Regional, mencionando também integrante da Coordenadoria Administrativo-Financeira (Coafi). Nesse sentido, informa-se que foi registrado boletim de ocorrência, notificado o Conselho Regional de Psicologia da Bahia (CRP-03) e o caso também será reportado à Polícia Federal. A Assessoria Jurídica do CRP SP foi acionada e está prestando suporte jurídico junto à gestora, com quem já foi agendada reunião com a gestora, mantendo-se os devidos cuidados. 1.4) Reunião CRP SP e CRESS SP (06/10) -Noticiou-se a realização de três reuniões entre o CRP SP e o Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo (CRESS SP) para discutir possíveis articulações e parcerias. O CRESS SP está participando, junto ao CRP SP, da Frente Ampliada em Defesa da Atenção Básica, defesa do NASF - Núcleo Ampliado de Saúde da Família, além de outras frentes que estão sendo construídas de forma articulada. Em reunião realizada no último dia 06 de outubro foi apresentado o funcionamento do CRP SP e as diferentes frentes. Entendeu-se ser importante a aproximação de ambos os Conselhos para a construção coletiva de ações. Nesse sentido, a Comissão gestora de São José do Rio Preto está articulando ação com o CRESS SP e com os Conselhos Municipais da Criança e da Educação para a construção de documento que será entregue à Câmara Municipal reguerendo a inclusão de psicólogas e assistentes sociais nas escolas conforme lei. A Comissão Gestora de Bauru também está realizando reuniões com o CRESS SP. 1.5) Comissão Gestora Metropolitana – A conselheira Jumara Silvia Van De Velde solicitou



65

66

67

68

69

70

71

72

73

74

75

76

77

78

79

80

81

82

83

84

85

86

87

88

89

90

91

92

93

94

95

afastamento da coordenação da Comissão Gestora Metropolitana (CGM) em razão de sua mudança a outro território – para a região da Subsede do Vale do Paraíba e Litoral Norte - e por motivos de saúde. Agradeceu o apoio do plenário no período em que esteve na coordenação e sugeriu a indicação de conselheira da região metropolitana para substituí-la. A Diretoria propôs reunião com a CGM no próximo dia 19, às 19h, aguardando a agenda da Comissão. O Plenário foi consultado sobre interesse em assumir a coordenação, não sendo, no momento, apresentadas indicações. 1.6) Crepop - A conselheira Talita Fabiano de Carvalho informa que foi realizada entrevista com Larissa Correia Nunes Dantas, que coordenou o Crepop Nacional e atuou também no CRP-03. Além de assessorar o Crepop, pensou-se em outras atribuições como a realização de pesquisas estaduais, elaboração de questionários, análise de dados e análise compreensiva de conteúdo, pesquisas qualitativas em grupo, responsabilizar-se pelo observatório do CRP SP, acompanhamento em órgãos de controle social e assessorar a construção de publicações e materiais para a categoria no âmbito das políticas públicas. Informa, ainda que o Crepop Nacional lançou a pesquisa "Atuação de psicólogas(os) nas Unidades de Acolhimento Institucional do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)", que será republicada nas redes sociais do CRP SP, sendo sugerido que territórios também divulguem o material. Para esse projeto, serão realizadas entrevistas virtuais (qualitativas) até 15 de dezembro, solicitando-se ao plenário a indicação de pessoas referencias para atividades em grupo. Indicou-se, também, a parceria com a NECA (Associação de Pesquisadores e Formadores da Área da Criança e do Adolescente) para ajudar na construção da referência, com base na prática da psicóloga. 1.7) Comitê Consultivo de Implementação da Lei 13.935 de 2019 - Maria Rozineti Gonçalves informa que na data desta sessão plenária foi realizada a segunda reunião do Comitê de Psicólogas/os e Assistentes Sociais ligados à educação com a presença do CRP SP (representado por ela, Maria Rozineti Gonçalves, e Rodrigo Toledo), CRESS SP - Conselho Regional de Serviço Social de São Paulo, Sindicato dos Psicólogas/os do Estado de São Paulo (Sinpsi) e Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional (Abrapee). O Comitê está programando as seguintes ações: proposta de identidade visual para divulgação específica (em finalização); ofícios para as secretarias municipais de



97

98

99

100

101

102

103

104

105

106

107

108

109

110

111

112

113

114

115

116

117

118

119

120

121

122

123

124

125

126

127

educação para verificar se há psicólogos e onde estão, incluindo verificação sobre o tipo de regulamentação para a atuação dessas/es profissionais; carta para diálogo junto a órgãos da educação; carta compromisso direcionada para os candidatos a prefeitos dos municípios do Estado de São Paulo; edição de vídeo sobre a referida Lei em parceria do CRP SP e CRESS SP; além de rodas de conversas e oficinas temáticas regionais. Foi também programada uma *Live* para discutir o assunto no dia 29 de outubro p.f., no entanto, como a atividade depende da agenda da Comissão de Comunicação, poderá ser realizada pelo SinPsi, com a parceria do CRP SP e CRESS SP. O plenário consultou se as demandas estão sendo articuladas com o GT da CDHPP para ação estadual, ressaltando-se que as Subsedes de Assis e Baixada Santista não tem núcleos sobre educação. Apontouse também ser importante discutir a previsão orçamentária dos municípios por estarem discutindo o uso do Fundeb (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica) e considerando que as Câmaras Municipais têm até outubro para esta votação. 1.8) Comissão de Psicoterapias - Relatou-se que as reuniões da Comissão de Psicoterapias estão sendo realizadas às quartas-feiras, pela manhã, com a participação dos núcleos temáticos regionais de psicoterapia. Sobre as acões, informou-se que foi encaminhado ofício ao Conselho Federal de Psicologia contendo resposta à indagação feita pelo CFP sobre as pautas de Psicoterapias deste Regional. No dia 03 de dezembro p.f., será realizada live sobre Psicoterapia e os 20 anos da Resolução, evento organizado em conjunto com a Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas. 1.9) Psicologia e Pessoa com Deficiência - Informou-se que no dia 03 de dezembro é comemorado o dia da Pessoa com Deficiência, data em que será realizada uma Roda de Conversa, devido a indisponibilidade de data para live. II) APRECIAÇÃO DE PROCESSOS PESSOAS FÍSICA E JURÍDICA - Submeteu-se ao plenário a apreciação dos pessoas física е jurídica inscritas nesse processos **Encaminhamento:** Foram homologados os seguintes processos: **Pessoa Física** – 310 (trezentos e dez) novas inscrições, 42 (quarenta e duas) reativações, 01 (uma) suspenção por desistência e 32 (trinta e dois) cancelamentos a pedido. Pessoa Jurídica – 18 (dezoito) registros e 01 (um) cadastro. Total geral dos processos analisados: 404 (quatrocentos e quatro), conforme folha anexa que é parte



129

130

131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141

142

143

144

145

146

147

148

149

150

151

152

153

154

155

156

157

158

159

integrante desta ata. III) COMISSÃO DE ANÁLISE PARA A CONCESSÃO DO TÍTULO PROFISSIONAL DE ESPECIALISTA - Relembrou-se que durante reunião da Comissão realizada no dia 25 de setembro de 2020, devido ao aumento do número de casos que necessitavam de deferimento em caráter de urgência, foi decidido remeter novamente ao Plenário para Deferimento e Indeferimento, os processos que tiveram a documentação analisada pela CATE e que passariam na 2130ª Plenária Ordinária, que seria realizada em 21 de março de 2020 e que não ocorreu devido a pandemia de coronavírus. Assim, foi encaminhada à 2167ª Plenária Ordinária a planilha consolidada com a maioria dos casos mencionados acima. No entanto, ainda faltaram alguns. Dessa forma, apresentou-se a lista de solicitações de título de especialista da Subsede de Campinas para deferimento e indeferimento nesta plenária. Encaminhamentos: 1) Na Modalidade Curso Credenciado deferiu-se 01 (um) processos na área Clínica; Na Modalidade Cursos Instituição de Ensino Superior deferiu-se 16 (dezesseis), sendo 02 (dois) na área de Trânsito, 06 (seis) na área Clínica, 07 (sete) na área Neuropsicologia, 01 (cinco) em Saúde. Na modalidade Nova Especialidade: Deferiu-se 03 (três) na área Avaliação Psicológica e indeferiu-se 02 (dois) na área Avaliação Psicológica. Totalizando 22 (vinte e dois) processos analisados, sendo 20 (vinte) deferidos e 02 (dois) indeferidos, conforme folha anexa que é parte integrante desta ata. 2) Na próxima plenária ordinária será discutido o fluxo interno de requerimento on-line de títulos de especialistas até a implantação do sistema BR Conselhos. IV) RECOMPOSIÇÃO E ALTERAÇÕES DE NÚCLEOS E COMISSÕES - Apresentouse as propostas de recomposições: a) Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP) - Inclusão de Marcos Muniz de Souza (CRP 06/79192) como membro. O mesmo já é colaborador do CRP SP, representante desta Autarquia no Conselho Municipal de Drogas de São Paulo (Comuda-SP) e também integra o Grupo de Trabalho de Saúde Mental (da CDHPP) e o Comitê Consultivo de Drogas e Direitos Humanos. b) Núcleo de Educação da Subsede de Bauru - Inclusão de Brida Mantovan (CRP 06/136496) como membro. c) Núcleo de Justiça da Subsede de Bauru - inclusão de Micarla da Silva Santos (CRP 06/160305) como membra. c) Núcleo de Sexualidade e Gênero de Bauru -Exclusão da membra Marilia Alves dos Santos (CRP 06/144416). d) Núcleo



161

162

163

164

165

166

167

168

169

170

171

172

173

174

175

176

177

178

179

180

181

182

183

184

185

186

187

188

189

190

191

Psicologia e Movimentos Sociais da Metropolitana – Inclusão de Simone Kelly da Silva como membra. Destaca-se que a mesma não é psicóloga, mas agente social no Centro Social Nossa Senhora do Bom Parto - Consultório na rua. e) Núcleo de Saúde da Subsede Metropolitana - Proposta de inclusão de Júlia Pagano Costa (CRP 06/158036) como membra. f) Núcleo de Educação da Subsede Bauru - Propõe-se a alteração de nome do Núcleo de Educação para "Núcleo de Psicologia e Educação" da Subsede de Bauru. Encaminhamento: Aprova-se as inclusões, exclusões e a alteração de nomenclatura indicadas. V) CRIAÇÃO DE NÚCLEO – A Comissão Gestora da Subsede de Sorocaba solicitou a criação do Núcleo Territorial de Assistência Social, sendo o mesmo coordenado por Damião Evangelista Rocha (CRP 06/144824) e tendo, na condição de membros, Laís Vieira de Campos (CRP 06/77130), Bárbara Caires de Souza (CRP 06/108836), Moses Song (CRP 06/87962), Ana Cláudia Fagundes Miguel de Souza (CRP 06/137561) e Simone da Silva Alves Rodrigues (CRP 06/142299). Encaminhamento: Aprovada a criação do Núcleo Territorial de Assistência Social da Subsede de Sorocaba, com a composição indicada. VI) REPRESENTAÇÕES EM ÓRGÃOS DE CONTROLE SOCIAL E ENTIDADES – 6.1) Conselho Estadual de Políticas sobre Drogas (CONED) - Propõe-se a exclusão da representante suplente Laísa Silva Maia Oliva (CRP 06/124109) e inclusão de Juliana Vicente de (CRP 06/129400) como representante suplente **CRP** Freiras do **Encaminhamento:** Aprova-se a exclusão e a inclusão indicadas. O Coned está em processo de indicações para a próxima gestão. Assim, a alteração deve ser encaminhada com urgência para o Coned por conta do prazo. 6.2) Conselho Municipal sobre Drogas de Assis – A Comissão Gestora da Subsede de Assis indicou a inclusão de José Guilherme Nogueira Passarinho (06/141292) como representante titular e de Paula Carvalho Lauer (06/71297) como representante suplente. Explica-se que serão mantidas, ainda, as representações indicadas anteriormente, somando, assim, quatro representantes Edgar Rodrigues e José Guilherme como titulares e Giovana Domingos e Paula Carvalho como suplentes. Encaminhamento: Aprova-se as inclusões de representantes titular e suplente indicadas. VII) COE - PLENÁRIAS ÉTICAS ON-LINE - Sobre a retomada das plenárias éticas, a conselheira Rita de Cássia Oliveira Assunção apresentou



193

194

195

196

197

198

199

200

201

202

203

204

205

206

207

208

209

210

211

212

213

214

215

216

217

218

219

220

221

222

223

preocupação com a necessária reorganização das atividades de COE, por ser responsabilidade ordinária. Em virtude da pandemia de coronavírus e a adoção do teletrabalho, optou-se pela interrupção das plenárias éticas, no entanto, em função do passar do tempo, ocorreu um acúmulo de processos para serem tramitados. Nesse sentido, compartilhou com o Plenário alguns pontos que fizeram parte das discussões da COE como: o número de 93 (noventa e três) pareceres aguardando apreciação, outros 03 (três) processos de reconsiderações prontos; a realização de 04 (quatro) plenárias remotas com encaminhamento de 14 (catorze) Processos. sendo 05 (cinco) reconsiderações, 07 (sete) pareceres e 02 (dois) PDOs; o suporte da Coordenação Técnica da COE para apoio técnico e consulta aos processos: demandas na retomada do trabalho presencial que encontram-se acumuladas a outras atividades precípuas; as exigências de reorganização das formas de trabalho em todas as instâncias do CRP SP durante a Pandemia devido a não perspectiva de que as atividades presenciais retornem da forma anterior em curto período de tempo e, especificamente com relação a plenárias, observando-se que no modo presencial muitas/os conselheiras/os se deslocam de todas regiões do Estado; a realidade financeira, que exigiria readequações, com a permanência de algumas atividades remotas; e. por último, o retorno dos prazos processuais e o tempo que decorre para o trâmite de cada uma das fases dos processos, sendo previsto 5 (cinco) anos pela Resolução Federal para a tramitação, sendo que, atualmente, tem-se um tempo médio de sete anos. A conselheira também expôs o cenário em que a Comissão se encontra com 820 (oitocentos e vinte) processos éticos e ordinários em trâmite; 07 (sete) reconsiderações nomeadas, sendo 03 (três) prontas, 01 (uma) devolvida e 03 (três) para concluir; 93 (noventa e três) pareceres prontos, 77 (setenta e sete) representações que aguardam parecer, 13 (treze) representações que aguardam construção de reconsideração; 27 (vinte e sete) processos éticos e 1 (um) processo ordinário que aguardam Julgamento. A conselheira expôs a proposta da COE para a formação do quórum das plenárias éticas, com a opção de dividir três grupos que realizariam três plenárias éticas simultâneas no dia 23 de outubro, das 19h às 22h, ou dividindo-se em 04 (quatro) grupos sendo duas plenárias éticas no dia 23 de outubro, das 19h às 22h, e outras 02 (duas) no dia 30 de outubro, das 14h às 17h. Considerações: 1) Propôs-se,



225

226

227

228

229

230

231

232

233

234

235

236

237

238

239

240

241

242

243

244

245

246

247

248

249

250

251

252

253

254

255

igualmente, o calendário com 03 (três) Plenárias Éticas, no dia 27/11, sendo uma no horário das 14h às 17h e duas no horário das 19h às 22h e, para o mês de dezembro, outras três plenárias éticas no dia 11 de dezembro nos mesmos horários do mês anterior. 2) Acrescentou-se a estimativa de processos analisados, sendo de 27 (vinte e sete) a 30 (trinta) pareceres com a realização de 09 (nove) plenárias ou, caso conseguissem realizar 10 (dez) plenárias, seriam de 30 a 40 pareceres. 3) Dado ao curto tempo, solicitou celeridade na resposta quanto à disponibilidade de conselheiras/os para participação nas plenárias éticas virtuais. 4) Apresentaram-se as disponibilidades, sendo também propostas mudanças nos horários para a realização de plenárias aos sábados no período da manhã, sugerindo-se manter as datas de outubro e refazer a consulta às/aos conselheiras/os sobre a disponibilidade. Encaminhamentos: 1) Plenário aprovou a retomada das plenárias éticas on-line. 2) Aprova-se que a realização das Plenárias Éticas em outubro e, posteriormente, serão verificadas as demais datas. 3) A COE consultará as conselheiras sobre disponibilidade de quórum para as plenárias éticas para fechar os grupos de outubro nas datas sugeridas. A partir de novembro, construir a organização com base na consulta às/aos conselheiras/os. VIII) DECRETO N. 10.502, DE 30 DE SETEMBRO DE 2020, QUE INSTITUIU A POLÍTICA NACIONAL DE EDUCAÇÃO ESPECIAL: EQUITATIVA, INCLUSIVA E COM APRENDIZADO AO LONGO DA VIDA – Maria Rozineti Gonçalves explicou que o Decreto nº 10.502/2020 foi aprovado sem a realização de discussões e debates com a sociedade. Trata-se de um modelo de 'escolha' entre a escola inclusiva e a escola 'especial'. Assim, a luta das entidades contra o Decreto é pela garantia de direitos. Há também movimentos para derrubada do Decreto envolvendo senadores e deputados federais. Ione Aparecida Xavier agradece à Diretoria pelo atendimento a pedidos urgentes que envolveram a temática e ações para barrar o Decreto, entre elas, o contato com assessoria do CFP sobre lançamento conjunto do manifesto da pessoa com deficiência e a participação do CRP SP nesse lançamento. Expôs-se que foi formado um grupo de trabalho "internúcleos" com a participação dos núcleos territoriais das subsedes que discutem deficiência. O GT produziu Nota de Repúdio e propositura de ofícios para Ministérios e parlamentares e está planejando a programação de quatro rodas de



257

258

259

260

261

262

263

264

265

266

267

268

269

270

271

272

273

274

275

276

277

278

279

280

281

282

283

284

285

286

287

conversa (com os temas política do cuidado; violência contra a criança e adolescente com deficiência; política de acessibilidade e tecnologia assistiva e isolamento social da pessoa com deficiência no contexto da pandemia), a edição de três vídeos sobre educação especial na perspectiva da educação inclusiva e a realização de encontro entre novembro/dezembro de 2020 com autores para congregar as forças e fazer a discussão por diferentes perspectivas. No entanto, não houve apoio dos grupos que discutem saúde mental e que, normalmente, as ações que envolvem o tema deficiência não ecoam nos movimentos que tratam da Luta Antimanicomial. Considerações: 1) Informou-se que no Caderno do CREPOP que está sendo construído sobre atuação de psicólogas/os no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) foi abordada a discussão sobre a Lei Brasileira de Inclusão (LBI). Acrescentou-se que o CRP SP tem feito discussões proveitosas com o Núcleo Especializado da Defensoria Pública de São Paulo que traz discussões sobre pessoas com deficiências e as barreiras sociais. Colocou-se que, para além da dificuldade de discutir a temática com os movimentos de luta antimanicomial, a conjuntura apresentou a necessidade de debater saúde mental de maneira mais ampla, as políticas públicas e o modelo de cuidado, pois a falta de conexão dessa temática com a saúde mental afasta também a discussão da sociedade, das/os psicólogas/os e da população, sendo preciso pensar em como avançar nas questões sobre a LBI e o enfrentamento ao capacitismo, bem como sobre as formas de agregar as entidades nessa conversa. Para isso, foi sugerida ação relacionada à desmedicalização/despatologização para possível mobilização da saúde mental. 2) No ensejo da discussão sobre o assunto relacionado à pessoa com deficiência, questionou-se sobre os avanços do CRP SP sobre o projeto de acessibilidade. 3) Informou-se que as ações pensadas ainda não puderam ser desenvolvidas com subsedes e trabalhadoras, assim como toda a comunicação pensada pelo grupo de trabalho para discutir a acessibilidade ainda não foi efetivada, indicando-se que seria importante a participação de trabalhadoras nesse GT. 4) O Plenário sugeriu a construção de um panorama sobre as subsedes que concluíram o projeto de acessibilidade (processo e conclusão), fazendo um levantamento e leitura crítica do que foi possível implantar e em que etapa do processo para garantir acessibilidade estão cada subsedes. 5) Na oportunidade,



289

290

291

292

293

294

295

296

297

298

299

300

301

302

303

304

305

306

307

308

309

310

311

312

313

314

315

316

317

318

319

acrescentou-se que a acessibilidade tem sido contemplada nas atividades realizadas em ambiente virtual. 6) Comentou-se também sobre a continuidade do Curso de Libras para as trabalhadoras e trabalhadores do CRP SP e da possibilidade de oferecer o segundo módulo do primeiro curso realizado, ação que não avançou devido a pandemia, sendo ressaltado que a questão está considerada no Planejamento Estratégico de 2021 e que a gestão estuda como concluir a acessibilidade universal. Assim, pontuou-se que caso o GT tenha alguma sugestão que apresente para consideração no Planejamento Estratégico. Encaminhamento: As propostas serão levadas ao GT e articuladas com a Comissão de Comunicação. IX) CONTRATAÇÃO DE TEMPORÁRIAS - Ivani Francisco de Oliveira, inicialmente, contextualiza que alguns pedidos recebidos para a contratação de temporárias/os não são possíveis considerando os princípios da gestão pública (impessoalidade, isonomia, moralidade). Expôs-se, igualmente, a necessidade de alinhar o posicionamento sobre a contratação de psicólogas/os como temporários em cargos administrativos, questionando se a gestão estaria aviltando a profissão com a contratação de psicólogas/os para essas funções, visando não ferir a responsabilidade enquanto autarquia. Considerações: 1) Explica-sr que houve uma demanda da Comissão de Orientação e Fiscalização em que não se considerou como precarização a contratação de psicóloga recém-formada que atuar como estagiária, por ser o desejo tanto da profissional como da gestora da área. Nesse sentido, não foi interpretado que a contratação para o cargo administrativo estaria deturpando a Psicologia, nem como uma prática de subprofissão. 2) Aponta-se situação semelhante na Subsede da Baixada Santista em que a Comissão Gestora também não entendeu ser precarização e desvalorização o trabalho de assistente administrativo temporário. 3) Pontua-se que a Comissão Gestora de Sorocaba cogitou a contratação de uma psicóloga para a função administrativa considerando que, com a licença maternidade da psicóloga analista técnica, houve também aumento do trabalho administrativo. 4) Acrescenta-se que havia uma cultura de contratação de ex-estagiárias para a função administrativa e quando a Diretoria soube da contratação de psicólogas recém-formadas para essa função entendeu que não poderia manter essa política, considerando que a função da psicóloga analista técnica (PAT) é específica de psicóloga e de estagiária de psicologia,



321

322

323

324

325

326

327

328

329

330

331

332

333

334

335

336

337

338

339

340

341

342

343

344

345

346

347

348

349

350

351

assim, não sendo possível a contratação de pessoa administrativa sabendo que esta colaborará com função técnica, por ser desvio de função. Ressaltando-se, igualmente, a implicação da coerência política. Assim, o RH foi orientado a não contratar psicólogas/os para funções administrativas. No entanto, caso o plenário não considere impedimento, estas psicólogas não atuarão como psicólogas, somente em funções administrativas. Salienta-se, ainda, que para evitar o desvio de função, não se poderá sobrepor as questões que trazem o caráter legítimo. 5) A partir da colocação da Diretoria, informou-se que, no caso da contratação pela COF, que a profissional tem feito um trabalho puramente administrativo, inclusive tendo sido emprestada pela unidade de Secretaria. 6) Expôs-se, também, que a Comissão Gestora da Baixada Santista em nenhum momento pensou em desvio de função. 7) Comentou-se que as contratações foram motivadas considerando as dificuldades do treinamento on-line e que seria mais fácil treinar uma pessoa para a função administrativa que já teve experiência anterior. 8) Acrescentou-se que o processo seletivo por concurso está proibido até dezembro de 2021. 9) Elucidou-se que não havia impedimento jurídico, mas posicionamento político que entende que pode precarizar o exercício profissional, no entanto, se houver a defesa para contratação como administrativa, é de defesa da plenária. Foi sugerido regime de votação sendo as propostas: 1) Pode-se contratar; 2) Não desejam contratar psicólogas/os ou estagiárias/os de psicologia para cargos administrativos, mas sim via concurso. **Encaminhamento:** Em regime de votação, com 12 (doze) votos para a primeira proposta e 10 (dez) votos para a segunda, foi aprovada a contratação psicólogas/os para cargos administrativos temporários. X) COMIISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E POLÍTICAS PÚBLICAS, COMITÊ CONSULTIVO HUMANOS E TEMÁTICA EMERGÊNCIAS E DROGAS Ε DIREITOS **DESASTRES** – Annie Louise Saboya Prado expõe que o Comitê Consultivo Drogas e Direitos Humanos recebeu demandas da sociedade em relação à redução de danos, sendo cobrado posicionamento do Plenário em relação à questão e às violências ocorridas na região conhecida como "Cracolância". Entendeu-se que a pauta deveria ser articulada com a Comissão de Direitos Humanos e Políticas Públicas (CDHPP), pois, de acordo com a Resolução CRP-06 nº 004/2020, que institui as instâncias de participação do CRP SP, o



353

354

355

356

357

358

359

360

361

362

363

364

365

366

367

368

369

370

371

372

373

374

375

posicionamento não poderá ser construído pelo Comitê, sugerindo-se a criação de um grupo de trabalho no âmbito da CDHPP, cuja função é executar ações. Sobre a criação de grupos de trabalho, a conselheira Annie Louise Saboya Prado informa, ainda, que recebeu demandas da Subsede de Campinas sobre a temática Emergências e Desastres, consultando-se a CDHPP sobre a criação de um GT específico para discutir a realização de evento sobre o Dia Internacional de Prevenção de Riscos e Desastres, que também debateria guestões importantes para o plenário como pandemia e pós pandemia. Pontou-se que foi decidido entre CDHPP e plenário a priorização de cinco datas de acordo o planejamento estratégico (Dia Mundial da Saúde Mental, Dia da Consciência Negra, 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres, Dia da Pessoa com Deficiência e Dia Internacional dos Direitos Humanos), sendo que para as demais pautas seriam feitas ações menores. Considerações: 1) Sugere-se a criação de um grupo de trabalho e verificar uma pessoa do plenário para acompanha-lo. 2) A conselheira Monica Marques dos Santos se disponibilizou a verificar a questão junto à Comissão Gestora de Campinas durante reunião ampliada, combinando-se que após a reunião da CDHPP, agendada para o próximo dia 10 de outubro, a responsabilidade passaria para a conselheira Rita de Cassia Oliveira Assunção. Encaminhamento: A CDHPP discutirá o assunto em reunião agendada para o dia 10 de outubro de 2020. Nada mais havendo a tratar, a senhora conselheira presidenta Beatriz Borges Brambilla deu por encerrada a sessão às vinte e duas horas e trinta minutos, da qual eu, conselheira vice- presidenta, Ivani Francisco de Oliveira, na ausência da conselheira secretária, lavrei a presente Ata, que lida e aprovada será assinada. São Paulo, 09 de outubro de 2021.

Ana Paula Hachich de Souza	Annie Louise Saboya Prado
Beatriz Borges Brambilla	Edgar Rodrigues



Emanoela Priscila Toledo Arruda	Ione Aparecida Xavier
Ivani Francisco de Oliveira	Jumara Silvia Van De Velde
Lilian Suzuki	Luana Alves Sampaio Cruz Bottini
Luciane de Almeida Jabur	Maria Mercedes Whitaker Kehl
	Vieira Bicudo Guarnieri
Maria Rozineti Gonçalves	Mônica Cintrão França Ribeiro
Mônica Marques dos Santos	Murilo Centrone Ferreira
Rita de Cássia Oliveira Assunção	Talita Fabiano de Carvalho
Tatiane Rosa da Silva	